



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Intervenção final no âmbito da Proposta de Programa de Governo (2016-2020)

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Açorianos e Açorianas

O Partido Socialista ganhou as eleições de 16 de outubro de 2016. Quem ganha as eleições e obtém uma maioria absoluta ratificada por 46% dos eleitores que compareceram nas urnas e 19% do total dos eleitores açorianos registados nos cadernos eleitorais, possui, ainda assim, a legitimidade formal para governar apenas com o seu Programa Eleitoral.

É possível e é legítimo que o faça. Foi essa a opção do Governo Regional: apresentar um Programa de Governo que se circunscreve exclusivamente ao Programa Eleitoral do partido que o sustenta no Parlamento.

É – repito - uma opção possível, mas não é a única e também não é, na minha opinião, a melhor. Mais do que isso: nem sempre foi essa a postura do PS enquanto força política governamental. Nos primórdios da sua experiência governativa, depois de vinte anos de oposição, o Partido Socialista fazia questão de negociar e chegar a acordos que lograssem alargar o âmbito da sua legitimidade parlamentar e ampliassem o contrato social com a população através da elaboração de Programas de Governo que superassem – sem antagonizar ou neutralizar os compromissos eleitorais previamente assumidos – a simples matriz partidária.

Porque a questão é simples: um Programa de Governo deve, ou não, ser mais – sem nunca ser menos ou o seu contrário – que o Programa Eleitoral do partido vencedor. Eu acho que um Programa de Governo para os Açores deve ser mais, muito mais, que um simples Programa Eleitoral. Em 1996 e em 2000 – nas suas duas melhores



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

legislaturas – o PS também achava que um Programa de Governo para os Açores deveria romper os limites e os horizontes da sua definição partidária e eleitoral. Por isso, os programas de governo dessas legislaturas foram mais - muito mais - que um simples Programa Eleitoral. Foi por isso que nem toda a oposição política votou contra o Programa de Governo das duas primeiras legislaturas socialistas.

A partir de 2004, o Partido Socialista fechou e circunscreveu os horizontes e as expectativas do Programa de Governo dos Açores ao seu próprio Programa Eleitoral. Um e o outro passaram a ser a mesma coisa. O seu projeto e visão de sociedade tornou-se – sem sequer se alterar as vírgulas – o projeto e visão imposto a todos os açorianos. Mesmo aos 54% que não votaram no Partido Socialista nestas eleições.

Mas podia não ter sido assim? Existia - por parte da oposição, no meu caso em concreto - disponibilidade para o diálogo e uma predisposição para o acordo? Claro que existia! A sociedade açoriana deixou bem claro, ao longo dos últimos 40 anos de autonomia, que preza, acima de tudo, a estabilidade e a capacidade de diálogo por parte dos políticos. Os açorianos prezam e valorizam posições sensatas, racionais e lógicas e uma forma de estar firme, mas moderada e dialogante.

Predispus-me - em declarações várias, que são públicas - para o diálogo e para a concertação nas áreas de Governo que exigem, e não podem passar, sem esse esforço de consenso. O Governo Regional não demonstrou nenhuma predisposição para o diálogo - nem antes, nem depois - da entrega do Programa de Governo no Parlamento.

Permaneceu fechado sobre si próprio, exigindo todo o botim a que acha ter direito devido à derrota que infligiu aos seus adversários: a escolha de todos os cargos de governo e de nomeação política no âmbito da administração regional e do sector público empresarial regional; toda a definição programática do futuro dos Açores nos próximos 4 anos e a submissão persa das nossas consciências à vontade de quem nos derrotou. Penso que até Átila e Gengiscão mostraram mais moderação na vitória que um Vasco Cordeiro demasiado incontido no seu triunfo.

Estou disponível para o diálogo, mas não estou pronto – nunca estarei – para abdicar do livre-arbítrio e da apreciação racional e lógica que caracteriza os homens livres, justos e moderados. Dialogar não pode



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

ser sinónimo de sujeição e de imposição. Mas foi esse o espírito com que o Governo Regional esteve o debate do Programa de Governo.

O Governo Regional construiu um muro contra o diálogo e a concertação de posições. Um muro suportado na intolerância às ideias dos outros. Um muro feito da exclusão - das pessoas e das ideias - dos que perderam. Sendo que a soma dos que perderam supera os que ganharam. Mas são as regras. São as regras!

O Governo Regional optou por desfilhar, inebriado por um espírito de autoglorificação, por baixo do Arco do Triunfo, apoiado acriticamente pela legião de deputados que elegeu e transportando, no final do desfile da vitória, as grilhetas do livre-arbítrio de todos e cada um dos deputados do Parlamento dos Açores.

Meus senhores. Vou votar contra um Programa de Governo que deveria ser de todos os açorianos, mas que o Governo socialista quis que fosse apenas o Programa Eleitoral do seu Partido. Vou votar contra porque é a única forma de votar a favor de muitas outras coisas.

Votar a favor de maiores índices de autogoverno e livre-autodeterminação do Povo dos Açores. Na gestão exclusiva e no usufruto absoluta do nosso Mar, ultrapassando o conceito, estreito e enganador, da chamada cogestão do nosso imenso espaço marítimo. Na liberdade de organização política da nossa sociedade, através da reivindicação do fim da proibição dos partidos regionais, que a Constituição da República Portuguesa impõe.

Votar a favor de políticas decididas e implacáveis às dependências que escravizam uma parte cada vez maior da nossa sociedade, em particular os nossos jovens.

Votar a favor de políticas eficazes e prioritárias no combate a índices de violência doméstica que não podemos tolerar na nossa sociedade. No combate decidido - sem poupanças na determinação e no dinheiro - à destruição de tantas vidas jovens às mãos de abusadores e de gente sem escrúpulos que sobressaltam a nossa consciência enquanto Povo íntegro, solidário e humanista.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Votar a favor do fim de um ciclo em que cada vez mais gente depende do poder político, em áreas como o emprego de subsistência e a viabilização burocrática da iniciativa privada.

Votar a favor de uma verdadeira política de efetivo fomento da diversificação do sector agrícola, de promoção da aquicultura e de reestruturação do sector das pescas.

Votar a favor de políticas de acesso universal à saúde e de alterações que introduzam melhorias efetivas num sistema educativo que crie igualdade de oportunidades.

Votar a favor de políticas eficazes no âmbito da reabilitação urbana, da qualificação do nosso sector turístico e de proteção do meio ambiente.

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Açorianos e Açorianas

Tenho uma enorme dívida de gratidão em relação à população da ilha do Corvo, que me elegeu três vezes consecutivas para o Parlamento dos Açores. Trabalho todos os dias para merecer a confiança que os corvinos depositaram em mim.

Não posso assistir impávido e sereno à selvajaria, à negligência e às ameaças com que estão confrontados os utentes corvinos da Unidade de Saúde da Ilha do Corvo, em particular os mais idosos, por parte do único médico que presta serviço na mesma. Não posso, nem vou aceitar. Deixo aqui o meu compromisso de levar até às últimas consequências todas as competências que exerço como parlamentar, no sentido de garantir um atendimento médico digno, competente e universal na ilha do Corvo.

Deixo outro compromisso. Todos os alunos, docentes e não docentes – 94 pessoas no total – deixarão de ser discriminados no âmbito do nosso país e da nossa Região no âmbito das refeições escolares. Por que razão os alunos do Corvo são os únicos do país que não podem ter acesso a um



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

refeitório escolar. Onde está escrito que não temos esse direito. Que justiça tem essa imposição?

Meus senhores! Existe um mundo de injustiças que têm de ser corrigidas. Estou aqui para isso. Com a convicção e a capacidade de trabalho de sempre.

Viva o Povo Açoriano!

O Deputado do PPM,

Paulo Estêvão